

REVISTA BRASILEIRA DE **ciências criminais**

P
R Br Cien Crim
m. 8/ex. 2
1984



ano 2 - n. 8 - outubro-dezembro - 1994



8

**REVISTA
DOS TRIBUNAIS**

**Publicação Oficial do
INSTITUTO BRASILEIRO DE
CIÊNCIAS CRIMINAIS**

CÓDIGO PENAL — CONCURSO DE PESSOAS. CRIME CONTINUADO. PENAS — APLICAÇÃO E EXECUÇÃO*

LUIZ VICENTE CERNICCHIARO

Professor na Universidade de Brasília
e Ministro do Superior Tribunal de Justiça

A reforma da Parte Geral do Código Penal está completando dez anos.

O tempo foi suficiente para a crítica. Aplicada diariamente, não restou no plano só normativo. Ao contrário, testada também na experiência jurídica.

Hoje, justifica-se prestação de contas a fim de concluir se o trabalho foi compensado.

Tenho ouvido ser texto ideal para a Suíça, mas inadequado para o Brasil. Seria, além disso, extremamente liberal, chegando mesmo a constituir fator de estímulo à criminalidade.

Essas afirmações evidenciam, tais críticas emanam de pessoas pouco afeitas à teleologia do Direito e descaram a análise do fenômeno da delinquência.

Toda norma jurídica encerra sentido programático e sentido pragmático. O Direito é ser/dever-ser. Contém ideologia, inspirada na realidade social.

Evidente, como programa, busca manter, ou alterar o ser.

Durante a vigência da lei, haverá, pelo menos, parcial divergência entre o programático e o pragmático.

A norma somente se mostra eficaz enquanto, no campo da experiência, ocorrerem situações ajustáveis ou discordantes do preceito.

As Constituições costumam proclamar o princípio da igualdade jurídica. Ocorre, entretanto, em todos os países, tratamentos diferentes entre pessoas. A isonomia foi conquistada no plano normativo. No

plano da experiência, no entanto, a desigualdade predomina.

Essa realidade pode ser ilustrada com inúmeros princípios jurídicos.

Exatamente porque o pragmático não projeta inteiramente o programático, torna-se imperioso ainda o registro do princípio da igualdade nas Constituições.

No dia em que a solidariedade humana for a regra, os homens se respeitarem mutuamente, o princípio da isonomia será meramente declaratório, recomendada a supressão.

O Código Penal encerra as sanções jurídicas mais graves. O Estado, insatisfeito com a realidade, arma o esquema normativo para enfrentá-la.

Concomitantemente, à proteção de vários bens jurídicos, repetem-se condutas que afrontam o preceito das normas. Não obstante proclamar o direito à vida, os homicídios se repetem; apesar da proteção ao patrimônio, multiplicam-se furtos, roubos, estelionatos, extorsões mediante seqüestro. A moralidade administrativa, de outro lado, é contrastada pelo peculato, corrupção passiva e outras infrações.

A função do Código Penal, nesse contexto, não é eliminar a criminalidade; o delito não é fenômeno apenas jurídico. Em sua etiologia, encontram-se causas de outras espécies.

* Conferência proferida na Associação dos Advogados de São Paulo, no curso "10 Anos da Reforma Penal", em 5.4.94.

O Código Penal encerra a missão de resposta civilizada à delinquência.

A resposta calculada, ou emocional é dada pela própria sociedade, de que o linchamento, a morte clandestina, os justiceiros são exemplos que acontecem dia a dia.

Historicamente, vivemos o chamado período da vingança pública. Todavia, diariamente, fazem-se presentes lembranças do período da vingança privada ou mesmo do talião.

Em sendo assim, no plano crítico, não se colocam, porque impertinentes, perguntas como estas: o Código Penal diminuiu a criminalidade? Impediu que outros crimes acontecessem? O Estado tem condições para tornar realidade o esquema normativo?

Dessa forma, o parâmetro para a resposta não é a Suíça, nem o número de presos do sistema penitenciário.

A Constituição da República, ajustando-se às conquistas histórico-culturais, traça linhas mestras do Direito Penal.

A legislação ordinária, então, a ela se vincula, em decorrência da chamada hierarquia das normas jurídicas.

É certo, outrossim, a lei gera efeitos na sociedade, podendo contribuir para a aproximação do programático ao pragmático.

A lei, já se disse, deve gozar de um mínimo de eficácia, no sentido de absorção pela comunidade.

Geralmente, acredita-se, a lei, uma vez bem elaborada e bem aplicada, impede a incidência ou reincidência da infração penal. Com frequência, ouvem-se manifestações, nesse sentido, nos meios de comunicação social. Postula-se a pena de morte, reclama-se a prisão perpétua, exige-se o endurecimento da legislação.

Se a criminalidade desaparecesse apenas com a lei, certamente não existiria. Entre nós e no mundo, visto o fenômeno manifestar-se em todos os países, independentemente da orientação política, econômica ou religiosa.

O Código Penal (Parte Geral) projetou as conquistas históricas e científicas da época. Harmoniza-se com as recomendações da Organização das Nações Unidas, da Comunidade Européia, especialmente no tocante à preservação dos Direitos Humanos.

Basta esse registro para evidenciar descompasso entre o programático e o pragmático. O sistema penitenciário, para ilustrar, pouco traduz a organização e a finalidade do Código Penal.

Nestes dez anos, o texto projetou as recomendações do mundo civilizado.

Vejam-se, embora ligeiramente, alguns institutos.

a) O Direito Penal brasileiro assenta-se no princípio da culpabilidade (sentido moderno do termo). Decorrencia da intransigente defesa do princípio da responsabilidade subjetiva.

Com isso, a conduta ganha posição proeminente na economia do crime. O delito passa a ser resposta ao comportamento do agente, desde que haja atuado em circunstâncias bastantes para atrair a reprovabilidade pessoal.

Hoje, acredito, foram banidas todas as hipóteses da responsabilidade objetiva. Interpretação lógico-sistemática não consente admiti-la sequer nos casos do art. 28, ou seja, quanto à emoção e paixão e a embriaguez, voluntária ou culposa.

Imputabilidade não se confunde com a responsabilidade subjetiva. Institutos diversos. Devem ser considerados, na respectiva categoria, no sentido lógico do termo.

A presunção de imputabilidade penal (melhor seria não adotá-la). Fato não se presume (existe ou não existe) é lembrança do Código Rocco, intransigente com o embriagado.

Cumpra (salvo impugnação de constitucionalidade) considerá-la restritamente.

O delito não prescinde do dolo, ou da culpa.

Aliás, o art. 19 — agravação pelo resultado — dispõe que, pelo resultado

que agrava especialmente a pena, só responde o agente que o houver causado ao menos culposamente.

Com isso, tomou-se expressa posição quanto aos crimes qualificados pelo resultado.

Ora, se, para majorar a pena, é indispensável o vínculo subjetivo entre a conduta e o evento, seria racional desprezá-lo no tocante aos elementos essenciais do delito?

b) Reelaborou-se o sistema de penas. Introduziram-se sanções alternativas, conferindo amplo leque ao magistrado, no caso *sub judice*, estabelecer o tratamento mais adequado.

c) O sistema da execução das penas privativas do exercício do direito de liberdade superou o esquema anterior, quando o condenado se reduzia a mero sujeito passivo, aguardando o passar do tempo. Muitas vezes, até por malícia, ajustava-se, formalmente, ao regime penitenciário, para ser beneficiado por um dos institutos de incidente da execução.

Agora, é diferente. Vigora o sistema progressivo, com eventual regressão.

Busca-se concretizar a individualização da pena. Com isso, a execução penal torna-se dinâmica. Enseja resgatar prazo mínimo de encarceramento, desde que satisfeitas outras condições objetivas e subjetivas.

Passo, agora, ao primeiro item do tema:

Concurso de Pessoas

O texto vigente amenizou o critério unitário da redação inicial. Fê-lo de maneira a impedir a responsabilidade objetiva e o que é muito importante, afastar a responsabilidade por fato de outrem.

O Direito Penal moderno não transige com a responsabilidade subjetiva.

O art. 29 está sendo interpretado corretamente, inclusive com a inovadora cláusula final — na medida de sua culpabilidade.

Nesses termos, o agente responde pela sua conduta. E não, como antes, porque participara do *iter criminis* de outrem.

Não mais é possível condenar uma pessoa por roubo, apesar de desejar o crime de furto.

Aliás, o § 2.º, além da declaração, na primeira parte, consagra justiça material, no restante, “Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até a metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave”.

A nova redação, sem dúvida, é, indiscutivelmente, melhor que a anterior. O instituto, no modelo atual, ajusta-se, perfeitamente, ao Direito Penal da culpa.

Alberto Silva Franco lança sua sempre abalizada crítica: “Antes do exame de cada um dos três conceitos, é necessário enfatizar que o legislador, revelando um apuro técnico maior que o de 40, denominou o título, que trata da matéria, de “concurso de pessoas”. Este *nomen iuris* pôs termo à equivocidade que ensejava a denominação ao texto legal anterior (art. 25, da PG/40): co-autoria” (*Código Penal e sua Interpretação Jurisprudencial*, S. Paulo, RT, 1993, 4.ª ed., p. 193).

A nova redação, a par dos elogios de Heleno Cláudio Fragoso, Manoel Pedro Pimentel e Costa Jr., foi bem compreendida pela jurisprudência. Enseja, sem dúvida, possibilidade maior para projetar a conduta de cada um e, assim, promover o adequado tratamento normativo.

Insista-se: o grande mérito da atual redação do art. 29 foi deixar claro, evidente que, mesmo no caso de concurso de agentes, vigora o princípio da responsabilidade subjetiva, individual. Ninguém pode responder por crime de outrem.

As penas: aplicação e execução

A aplicação e a execução da pena são institutos polêmicos do Direito Penal.

A aplicação convida, de início, a algumas considerações sobre as penas restritivas de direitos, substitutivas das penas privativas de liberdade.

Neste capítulo, sem dúvida há inadequação entre o programático e o pragmático.

A cultura brasileira raciocina com o binômio crime/cadeia.

A violência crescente, em particular nos grandes centros urbanos, a divulgação maciça dos delitos pela imprensa tem gerado clima de insegurança. A reação emocional clama, pelo menos, pela segregação temporária do delinquente, quando não sugere a pena de morte e a prisão perpétua.

A redação atual sugere, antes de tudo, mudança de mentalidade.

Em debate havido em Vitória, no Espírito Santo, após a palestra, um Juiz do interior do Estado, fria e objetivamente, afirmou: se eu aplicar o novo Código Penal, não terei tempo de desenvolver os outros processos.

Nota-se também, o magistrado e o membro do Ministério Público conferem atenção ao processo de conhecimento. Terminado, parece, dão por encerrada a obrigação. A execução é relegada a posição secundária. Muitas vezes, sequer iniciada.

A maioria das Comarcas, certamente, ainda não tem casa de albergado.

No tocante à aplicação da pena um ponto parece relevante. Farei algumas considerações a respeito do crime continuado.

O art. 71 reproduz o art. 51, § 2.º, da redação de 1940. Quase literalmente. Só alterou “impõe-se-lhe a pena” por “aplica-se-lhe a pena”.

É certo, acrescentou parágrafo único. Inspirou-se na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal; sempre repeliu a continuação quando os crimes são praticados contra pessoas diferentes, afetando bens personalíssimos.

Ampliou, pois, o arco do crime continuado.

Apesar da redação, à primeira vista, interpretação literal dá impressão que o instituto permanece o mesmo com simples acréscimo do parágrafo.

Não é assim.

A doutrina e a jurisprudência não têm considerado, *data venia*, o contexto da nova redação, particularmente, deixado de levar em conta os princípios modernos do Direito Penal; indiscutivelmente, recepcionados pela Lei 7.209, de 11.6.84.

A cominação de penas obedece critérios. Avultam o aspecto axiológico e a igualdade jurídica.

O legislador tem amplo poder discricionário. Resta, porém, vinculado ao sistema.

Não pode, por exemplo, cominar pena mais severa a infração menos grave. Assim, seria incoerente definir sanção mais benéfica ao homicídio, relativamente, à lesão corporal. Impõe-se esquema lógico-sistemático.

Explica-se facilmente: comparadas as infrações penais, numa, o impacto ao bem jurídico foi mais intenso do que em outra; ademais, a reprovabilidade ao agente varia conforme as características do fato-delito.

O crime qualificado, necessariamente, reclama pena mais severa do que o crime privilegiado.

O contexto acentua a censurabilidade ao agente; a sanção, obrigatoriamente, será mais grave, comparada com o crime, cujo autor recebeu censura mitigada.

Em breve: crime mais grave (considerado o conjunto dos elementos) reclama pena mais severa.

Este princípio precisa ser considerado em interpretação de qualquer modalidade de infração penal.

Lógico, também quanto ao crime continuado.

O instituto surgiu, como se sabe, pelo trabalho pretoriano de Farinaccio e Bartolo, na Idade Média, para impedir a aplicação da pena de morte a autor reincidente de furto de pequeno valor.

Até hoje, o instituto ameniza o tratamento penal. O Código brasileiro trilha essa esteira. A aplicação da pena obedece o critério do cúmulo jurídico. Afasta-se o cálculo do cúmulo material.

Em se levando em conta a imprescindibilidade do balanceamento das sanções, a culpabilidade repercute na pena (cominada e aplicada), conclui-se que o crime continuado, posto no contexto normativo do Código Penal, projeta a conduta definida no art. 71, desde que revele significativa diminuição da censurabilidade.

O crime continuado não se confunde com a reiteração ou a habitualidade criminosa.

Enquanto o primeiro, pela estrutura, reduz a pena, as outras modalidades recrudescem o tratamento. Insista-se: a causa da redução é a culpabilidade menos intensa.

Só se pode, nesse contexto, entender a continuação, desde que a sequência das ações, ou omissões diminuam a censura. Ao contrário, se as circunstâncias evidenciarem, por exemplo, propensão para o delito, raciocínio frio, calculista, reiteração que se projeta todas as vezes que o agente encontra ambiente favorável aos delitos, pouco importa a conexão objetiva. A reiteração que, se transforma em habitualidade, atrai, sem dúvida, maior culpabilidade.

Repita-se: maior culpabilidade, maior sanção; menor culpabilidade, pena menor.

Essa conclusão é a única coerente com o Direito Penal da culpa.

O Código Penal português define o crime continuado, no art. 30.º, *verbis*: “1 — O número de crimes determina-se pelo número de tipos de crime efectivamente cometidos, ou pelo número de vezes que o mesmo tipo de crime for preenchido pela conduta do agente. 2 — Constitui um só crime continuado a realização plúrima do mesmo tipo de crime ou de vários tipos de crime que

fundamentalmente protejam o mesmo bem jurídico, executada por forma essencialmente homogênea e no quadro da solicitação de uma mesma situação exterior que diminua consideravelmente a culpa do agente”.

O crime continuado precisa ser relido segundo a nova Parte Geral. A interpretação lógico-sistemática reclama ajustar o instituto aos princípios vigentes. Nesse item, *data venia*, parece, o Código ainda não foi consagrado. Precisa ser reexaminado.

O Superior Tribunal de Justiça já se pronunciou nesse sentido. A Eg. 6.ª T. decidiu:

“RESP — PENAL — EXECUÇÃO PENAL — CRIME CONTINUADO — PENA — UNIFICAÇÃO — HABITUALIDADE CRIMINOSA — O crime continuado é modalidade de concurso material. O Código Penal sufragou a teoria objetiva (art. 71). Levam-se em conta as condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes para os crimes subsequentes ser havidos como continuação do primeiro. O instituto resultou do trabalho dos praxistas e glosadores que buscavam, conforme, mais tarde, passou a ser chamada “Política Criminal”, evitar a aplicação da pena de morte, na reiteração do crime de furto de pequeno valor. Os códigos, concomitantemente, disciplinam a habitualidade criminosa. A habitualidade é incompatível com a continuidade. A primeira recrudescer, a segunda ameniza o tratamento penal. Em outras palavras, a culpabilidade (no sentido de reprovabilidade) é mais intensa na habitualidade do que na continuidade. Em sendo assim, jurídico-penalmente, são situações distintas. Não podem, outrossim, conduzir ao mesmo tratamento. O crime continuado favorece o delinqüente. A habitualidade impõe reprovação maior, de que a pena é expressão, finalidade (C.P., art. 59 *in fine*) estabelecida segundo seja necessária e suficiente para reprovação e prevenção

do crime. Na continuidade, há sucessão circunstancial de crimes. Na habitualidade, sucessão planejada, indicaria do *modus vivendi* do agente. Seria contraditório, instituto que recomenda pena menor ser aplicada à hipótese que reclama sanção mais severa. Conclusão coerente com interpretação sistemática das normas do Código Penal”.

Predomina nos Tribunais, no entanto, a jurisprudência firmada à época da redação originária.

Relativamente à aplicação e execução da pena concentrarei atenção no sistema progressivo especificamente ao contido no art. 33, § 2.º: “As penas privativas de liberdade deverão ser executadas em forma progressiva, segundo o mérito do condenado, observados os seguintes critérios e ressalvadas as hipóteses de transferência a regime mais rigoroso”.

Conjuguem-se com o estatuído no art. 112, Lei da Execução Penal (Lei 7.210, de 11.7.84): “A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva, com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior e seu mérito indicar a progressão”.

A individualização da pena compreende, como última etapa, a execução penal.

Este pormenor é importante. Tem, ademais, gerado críticas, às vezes veementes, à nova Parte Geral.

Tenho ouvido, com frequência, pessoas insatisfeitas repetirem: hoje, não se cumpre mais a sentença condenatória. Pessoa condenada por homicídio, exemplificam, se esse crime for qualificado e o juiz aplicar a pena de 12 anos, o condenado ficará preso só dois anos; agora, se o delito não for qualificado, com 1 ano, estará na rua!

Mais uma vez, peço licença e esses críticos para afirmar, ainda que modestamente, que não apreenderam a reforma penal.

O art. 112, LEP, sem dúvida, explicita condições objetivas e subjetivas.

Interpretação conjugada do Código Penal e da Lei de Execuções Penais mostra que a condição objetiva (“tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior”) e a condição subjetiva (“seu mérito indicar a progressão”).

O mérito da conduta de delinqüente é ponderada, por imposição da individualização da pena, em três etapas. Em primeiro lugar, pelo legislador (por isso, comina sanções diferentes para o homicídio e a lesão corporal, à calúnia e à injúria); a seguir, pelo Juiz, no processo de conhecimento (o roteiro básico está no art. 59, CP); por último, no juízo da execução.

Repita-se, em todos esses momentos, o delinqüente é avaliado em função do crime praticado. A conexão agente/conduta é constante. Não pode ser esquecida, seccionada em momento algum.

Assim, a condição objetiva mescla-se com as condições subjetivas. Uma não pode ser pensada sem as outras.

Duas razões sustentam a conclusão:

Em primeiro lugar, pense-se no princípio da isonomia. Seria visivelmente afrontado, caso dois condenados, um por crime com requintes de selvageria, e outro por delito privilegiado, tivessem o mesmo tratamento, ou seja, após o resgate de um sexto da condenação, seriam beneficiados com a passagem para regime mais favorável.

Não se argumente que a pena do crime mais grave é sempre maior do que a aplicada ao delito privilegiado.

Em nível de princípios, não é a quantidade que conta. É o tratamento perante a norma jurídica. Aqui, evidencia-se a impropriedade de confrontar as situações apenas no aspecto de números.

Em segundo lugar, para os que gostam da redação da lei, demore-se a atenção no transcrito art. 112, LEP. Menciona expressamente: “... cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior...”.

“Ao menos um sexto” não é sinônimo de “um sexto”.

Se fosse bastante o dado cronológico, evidente, resgatado um sexto, surgiria o direito público, subjetivo, de haver a progressão. Não faria sentido o “ao menos”.

Nesse quadrante, só há uma interpretação coerente. A movimentação far-se-á a partir de um sexto da pena, no regime anterior. Por isso, a cláusula “ao menos um sexto da pena”.

Evidencia-se, o critério objetivo entrelaça-se ao critério subjetivo.

O critério subjetivo critica, no sentido filosófico, o condenado como delinquente, levando em conta, não só o comportamento, a partir do início da execução, mas a vida como condenado, envolvendo, sem dúvida, a infração penal cometida.

Em decorrência, para determinar o tempo mínimo impõe-se referência ao mérito do condenado.

Só assim, ter-se-á apreendido a substância do sistema progressivo. Caso contrário, a análise será restrita ao aspecto formal do instituto.

Também na progressão, reexamina-se o condenado, tal como se procedeu no processo de conhecimento, extraíndo-se, ainda, juízo de probabilidade de conduta.

A jurisprudência, no particular, evidenciou sensibilidade.

O Des. Ricardo Andreucci, quando integrava o TACrimSP, conferindo, dir-se-ia, interpretação autêntica, pois integrou a comissão elaboradora da reforma, decidiu: “A progressividade, mediante avanço nos regimes, estes entendidos como modelos temporais de limitação, mais ou menos intensos, de liberdade, não se constitui em direito líquido e certo do condenado. Subordina-se, é manifesto, a parâmetros objetivos e subjetivos, mas estes não se reduzem a algo matematicamente exigível, já que dependem do mérito do apenado, apenas apreensível através de um juízo de valor a nível ético numa captação axiológica do agente”.

Ainda no TACrim, Sérgio Pitombo, também integrante da Comissão da Reforma: “Desponta, por igual, árduo para o condenado, cujos direitos se equilibram com os deveres do *status poenalis* (art. 38 a 43 da LEP). É bem por isso que se exige mérito, na progressão, o qual não surge, tão-só, do bom comportamento (art. 112, parágrafo único, da LEP)”.

No mesmo sentido, extraídos do mesmo repertório (*Código Penal e sua Interpretação Jurisprudencial*, Alberto Silva Franco e outros, RT, S. Paulo, 1993, 4.^a ed.) acórdão estampados na RT 636/281 e RT 640/288.

Merece transcrição a ementa que segue: “Já o Colendo STF decidiu que a concessão do regime aberto “depende do mérito pessoal do condenado”(Cód. Penal Comentado, de Celso Delmanto, 1.^a ed., p. 63). E esse mérito não o tem, indiscutivelmente, o indivíduo condenado como traficante de entorpecente, como óbvio. Deverá, pois, o peticionário recolher-se à prisão e, mantendo boa conduta e, comprovando os demais requisitos exigidos, poderá pleitear evolução para regimes menos rigorosos, até mesmo para o aberto (TJSP — Rev. — Rel. Djalma Lofrano — RJTJSP 106/467)”.

Significativo, outrossim, o acórdão, no TACrim, hoje, illustre Des. Celso Limongi, JUTACRIM 93/49: “Conquanto classificada como boa a atual conduta carcerária do sentenciado, não basta o lapso temporal de 1/6 de cumprimento da pena, para a promoção ao regime semi-aberto, diante da quantidade e gravidade dos delitos por ele praticados”.

Passo, por fim, ao último tópico da exposição, ou seja, início do cumprimento da condenação penal.

O tema invoca o dispositivo constitucional da presunção de inocência (art. 5.^o, LVII). Antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, não surge o *status* de condenado.

A jurisprudência, *data venia*, não tem seguido à risca esse mandamento da lei maior. Prefere aplicar princípios de Di-

reito Processual, ou seja, executa-se a sentença condenatória, se o recurso cabível não contiver efeito suspensivo.

Assim, tem-se mantido a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, embora já se manifestem doutos votos dissidentes.

Com efeito, o título executório reclama decisão trânsita em julgado. Conclusão oposta gera flagrante contradição no Direito.

A execução provisória, no processo civil, reclama caução do exequente, obrigando-se a reparar os danos causados ao devedor. Apesar disso, não abrange os atos que importem alienação do domínio, nem permite, sem caução idônea, o levantamento de depósito em dinheiro (CPC, art. 588, I e II).

Na execução penal, está em jogo a liberdade, bem mais valioso do que o

patrimônio. Este, no caso de reforma do julgado, será compensado por perdas e danos. A liberdade, no entanto, pode tornar-se irrecuperável.

A solução, buscando resguardar a eficácia do decreto condenatório, é outra. Está nas cautelas, especificamente, na prisão processual. Em havendo o *periculum in mora*, evidente, tomar-se-á a medida rigorosa.

Senhoras e Senhores. Este ciclo de palestra, promovido pela Associação dos Advogados de São Paulo, no décimo ano de vigência da Parte Geral do Código Penal, reclama meditação. A mais importante, em meu modesto modo de ver, é promover interpretação lógico-sistemática do Direito Penal. Sem essa perspectiva, far-se-á exegese insuficiente até para compreender a Lei 7.209/84.